

Pandemia faz sete milhões de mulheres deixarem o mercado de trabalho

Número refere-se à segunda quinzena de março, período que marca início da quarentena para conter a propagação do novo coronavírus

[\(Celina/O Globo | 21/06/2020 | Por Cássia Almeida e Leda Antunes\)](#)

RIO — A crise causada pelo [coronavírus](#) é mais dramática para as mulheres e empurra boa parte da força de trabalho feminina de volta para casa. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) mostrou que 7 milhões de mulheres abandonaram o mercado de trabalho na última quinzena de março, quando começou a quarentena.

São dois milhões a mais que o número de homens na mesma situação. Além da demissão, elas têm mais dificuldades para procurar uma vaga e se manter no mercado. Pelos cálculos do pesquisador Marcos Hecksher, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é primeira vez nos últimos três anos que a maioria das mulheres está fora da força de trabalho (que são os que estão trabalhando ou procurando emprego).

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

Gestos lança campanha para reduzir estigma e preconceito

contra mulheres que recorrem ao aborto previsto em lei

A **Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero** lançou nesta sexta-feira (04/10/2019) a campanha **“Aborto legal: não julgue, acolha”** - que chama atenção da sociedade para a necessidade de dar acolhimento e solidariedade às mulheres que precisam recorrer ao aborto, nos casos previstos em lei. O lançamento da campanha **“Aborto legal: não julgue, acolha”** faz parte da mobilização internacional pela descriminalização do aborto, iniciada em 28 de setembro (dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina) e encerra a **Semana Pela Vida das Mulheres e das Pessoas com Útero**.

[\(Gestos, 07/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com cartazes, vídeos, mídias sociais, entre outros suportes, a intenção é alertar sobre a situação de milhares de mulheres no Brasil que sofrem com estigma e discriminação por precisarem recorrer ao aborto nos casos determinados pela Constituição Federal. Esta situação muitas vezes impede que as mulheres tenham acesso ao aborto seguro.

No Brasil, o direito ao aborto é garantido em três casos. No caso de risco de morte da mulher grávida; em caso de feto com anencefalia (sem o cérebro); e em caso de a gestação ser resultado de um estupro.

Os movimentos de HIV/AIDS e os movimentos pelo aborto legal e seguro compartilham alguns aspectos em suas demandas como, por exemplo, o princípio da autonomia de cada pessoa sobre seu próprio corpo, como também o enfrentamento do estigma e do preconceito. A Gestos enxerga que existe um perfil que une as pessoas vivendo com HIV/Aids e as mulheres que precisam recorrer ao aborto legal.

Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (2016), os grupos com maior frequência de prática do aborto são as mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Este perfil coincide com o da infecção de mulheres pelo HIV - que

também enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde e são vítimas de estigma por conta da sorologia.

Com esta campanha, a Gestos quer contribuir para a superação da discriminação contra as mulheres vivendo com HIV e das mulheres que recorrem ao aborto legal. “Temos uma bandeira comum. Tanto para as pessoas que vivem com HIV e Aids, quanto para as mulheres que buscam os serviços que realizam o aborto nos casos previstos em lei, a situação é de estigma e preconceito. O aborto não é planejamento reprodutivo; é sempre uma situação difícil. Entendemos que essas mulheres estão numa situação muito delicada, de bastante sofrimento, e por isso propomos esta reflexão sobre a necessidade do acolhimento”, ponderou Alessandra Nilo, coordenadora-geral da Gestos, durante o lançamento da campanha.

No contexto político brasileiro atual, aumentaram os ataques aos direitos sexuais e reprodutivos, com aumento do espaço para pautas contrárias aos direitos, enquanto as organizações não-governamentais seguem desafiadas a defenderem o acesso a serviços que, por lei, deveriam ser garantidos a todas e todos.

A Gestos entende que esse contexto prejudica e enfraquece ainda mais as populações mais vulneráveis - com maior dificuldades de acessar direitos. Além das mulheres seguirem com acesso limitado aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, intensificam-se os ataques à legislação nacional, através de vários projetos de lei que tentam impedir a realização do aborto nos casos já previstos por lei. A assessora de Programas da Gestos, Juliana Cesar, lembrou da dificuldade que as mulheres têm de acessar os serviços disponíveis para realizar o aborto nos casos previstos em lei.

“As mulheres costumam sofrer com o estigma e o preconceito em várias situações, inclusive em casos de aborto espontâneo. Há vários relatos de mulheres que chegaram ao serviço de saúde nestas condições, com sangramento e dores, que são mal tratadas e interrogadas no serviço de saúde antes de receberem o atendimento. Nos casos de interrupção da gravidez previstas em lei no Brasil, muitas vezes as mulheres não têm conhecimento de seus direitos”, detalhou Juliana Cesar, sobre os casos de gravidez decorrente de estupro.

“Nesta situação, para ter acesso ao serviço de saúde, não precisa apresentar boletim de ocorrência, nem exame de corpo de delito. O relato da violência sexual já é suficiente para dar acesso a essas mulheres à interrupção da gravidez. O que acontece é que muitas vezes por medo, por desconhecimento e por se sentirem constrangidas, as mulheres deixam de procurar ou desistem de procurar os serviços de saúde adequados e acabam realizando procedimentos inseguros, colocando em risco suas vidas”, destacou Juliana Cesar.

Dessa forma, a Gestos entende que tanto pessoas que vivem com HIV, quanto as mulheres e pessoas com útero que necessitam acessar serviços legais de aborto seguem alvo de julgamento e têm o direito à saúde prejudicado e, muitas vezes, impedido. A discriminação, o estigma e a violência colocam em risco as vidas dessas pessoas.

É preciso comunicar que negar o direito ao aborto nos casos previstos em lei é um ato de violência. Criminalizar e estigmatizar não impedem que as pessoas se infectem com o HIV, ou precisem abortar. A garantia aos direitos sexuais e reprodutivos é um passo importante para uma sociedade justa. Acolher quem precisa abortar é urgente e pode evitar a morte de muitas mulheres.

Sobre o aborto no Brasil e no Mundo

Estima-se que por ano, no mundo, 25 milhões de abortos inseguros sejam realizados. No Brasil, por ano, 500 mil mulheres fazem aborto. As estatísticas apontam que uma em cada cinco mulheres de até 40 anos já fez um aborto. Destas mulheres, 88% delas professam alguma religião e 67% têm filhos.

Segundo o Ministério da Saúde, só em 2017 foram gastos R\$ 50,7 milhões em internações por complicações de abortamentos. Quase 50% das mulheres que realizam abortos inseguro buscam o SUS em condições mais graves e difíceis de tratar. São casos de hemorragia, infecções do trato reprodutivo, infecções do trato genital superior, choque séptico, perfuração de vísceras, traumatismos genitais e sequelas, como a dor pélvica crônica e infertilidade (OMS/2013).

O Ministério da Saúde atesta que o aborto é a 5ª causa de morte materna no país. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), quando realizado em condições adequadas o aborto é mais seguro que um parto. E quanto menor a idade gestacional, mais seguro será o procedimento.

Violência sexual

Dados do IPEA publicados no estudo “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, em 2014, mostram 7,1% dos estupros resultaram em gravidez.

Segundo o Ministério da Saúde informou em 2018, na ADPF 442, entre os anos de 2011 e 2016, 4.262 adolescentes de 10 a 19 anos tiveram uma gestação resultante de estupro e o conseqüente nascimento do bebê. Esse dado atesta que o direito previsto na lei não está sendo cumprido por várias razões, entre elas, a falta de informações. Desse total de casos, 1.800 meninas estavam na faixa de 10 a 14 anos. Entre 2017 e 2018, 52,8% dos estupros contra mulheres foram cometidos contra meninas menores de 13 anos. Em 68% das ocorrências o autor da violência sexual é um familiar.

No caso de anencefalia, as estatísticas apontam que mais de 400 mulheres têm bebês anencéfalos por ano no Brasil, mesmo com a permissão legal de realizar o aborto nessas condições desde 2012.

#abortolegalnãojulgueacolha

‘Em situações de guerra, os heróis são sempre os homens’,

diz especialista da ONU Mulheres

Gerente de programas da ONU Mulheres, Joana Chagas chama atenção para cortes em recursos para políticas públicas e para a situação de refugiadas

[\(O Globo, 28/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO - Há 18 anos na **ONU Mulheres**, **Joana Chagas** é especialista em **igualdade de gênero** e **direitos humanos das mulheres**. Em entrevista durante a XVI Conferência de Segurança internacional do Forte de Copacabana, ela falou sobre os desafios da questão de gênero no Brasil e sobre como o protagonismo da mulher costuma ser colocado em segundo plano em conflitos: “Mulheres em situações de guerra e conflito são somente vistas como vítimas, como pessoas a serem protegidas. As mulheres também estão fazendo a paz”. Ela contou ainda que “a ONU Mulheres foi chamada a participar da resposta humanitária na fronteira porque existem jovens e adolescentes venezuelanas nas ruas se prostituindo”.

Qual o maior desafio da ONU Mulheres no Brasil?

O Brasil é um país que ainda tem números muito baixos de participação das mulheres na política, nos três poderes, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. O Brasil também tem uma participação muito pequena de mulheres no setor econômico, nas ciências exatas por exemplo. Elas ainda recebem menos que os homens e ainda são as responsáveis pelo trabalho de cuidado. Na área de enfrentamento à violência os dados estão aí: o Brasil é o quinto país de feminicídios no mundo, é responsável por 40% das mortes de mulheres na América Latina, são 50 mil estupros por ano. São números de proporções quase iguais aos de países de conflitos. Mas o Brasil também é um país de dimensões continentais, o que deve ser levado em consideração. E na área de paz e segurança temos baixa representação das mulheres nas Forças Armadas, elas participam das tropas de paz mas ainda de forma muito pontual. Tem tido avanços em todas as áreas nos últimos 20 anos, mas ainda

está muito longe do ideal.

E onde houve avanços?

Existem estudos do Ipea que mostram que nos lugares onde existem os serviços e onde eles funcionam minimamente, foi possível conter em 10% as mortes de mulheres, os feminicídios. Nos últimos 20 anos houve investimento, políticas públicas. Nesse período, teve a aprovação da **Lei Maria da Penha** (sancionada pelo ex-presidente Lula, em 2006), a lei do **feminicídio** (que entrou em vigor em 2015, no governo Dilma Rousseff), a criação da **Casa da Mulher Brasileira** (inaugurada também em 2015). É um país que tem demonstrado desde 1988, desde o processo de democratização, um avanço nas políticas e legislações.

Houve retrocesso no governo atual?

Houve. A gente sabe que há menos recursos para as políticas públicas para as mulheres, mas não sabemos qual o impacto disso. Mas só o fato de ter havido cortes no orçamento, nas políticas sociais em geral, e especificamente nas políticas públicas para as mulheres, representa um retrocesso.

Na questão de paridade de representação, o Brasil avançou?

A gente não tem ainda no marco legal brasileiro nada que fale de paridade. A única coisa que temos são leis de cotas para cargos representativos de 30%, é uma lei de 1992 que está sendo discutida no Congresso Nacional para ser revisada.

Revisada como?

Em cada eleição se avançava um pouco. Essa lei fala por exemplo que as mulheres devem ter uma porcentagem do fundo eleitoral e do tempo de campanha. Nas últimas eleições o TSE julgou que, como a cota era de 30%, as mulheres deveriam ter acesso a 30% dos fundos e do tempo, o que equalizaria a cota de representação à de acesso a esses fundos. E dias atrás,

o TSE de novo julgou que as chapas que não cumpriram com essa cota poderiam ser cassadas. Você vê que no início era uma lei que não existia e não era cumprida, não existiam sanções; depois o TSE, em um determinado momento, disse que deveria ser cumprida, mas ainda sem sanções; e finalmente as sanções estão acontecendo. Mas agora vemos que existe uma resistência ao cumprimento dessa lei no Congresso Nacional, uma discussão que é importante que a sociedade acompanhe.

Como a questão de gênero entra no debate sobre segurança internacional?

É maravilhoso ter pela primeira vez uma mesa sobre gênero em uma conferência sobre segurança internacional. É um tema que não envolve mulheres tradicionalmente, nem na academia, nem na pesquisa, nem nas estruturas estatais. E foi um tema que surgiu como demanda do público, e não dos organizadores. É importante que ele seja mantido porque todos os temas de segurança internacional dizem respeito às mulheres. Você não precisa ter um painel separado, é bom que tenha dessa vez, para introduzir, mas a gente espera que no futuro cada mesa tenha uma pessoa especialista em gênero, que possa dizer a partir do assunto abordado como aquilo impacta de forma diferente homens e mulheres. Um dos dados que temos é que a mínima a porcentagem de notícias e histórias na mídia sobre as guerras incluem mulheres, e quando elas são citadas, muito raramente são protagonistas dos processos de paz. Mulheres em situações de guerra e conflito são somente vistas como vítimas, como pessoas a serem protegidas, os heróis são sempre os homens. Sim, elas são vítimas, é importante falar sobre isso, mas mulheres também estão fazendo paz.

Como elas são afetadas no processo de refúgio e imigração, por exemplo?

Posso falar do que temos na nossa fronteira com a **Venezuela**, porque estamos trabalhando lá. São 45% de mulheres e 55% de homens agora. O que a gente tem visto nessa resposta é que as mulheres estão ficando para trás. É prioridade do governo brasileiro a interiorização dos imigrantes, para

desafogar a crise em **Roraima** , que já é um estado remoto, que tem uma fragilidade maior das instituições e ficou numa situação muito mais difícil com esse fluxo.

A ideia é interiorizar voluntariamente venezuelanos que queiram, para outros municípios que disponibilizam vagas. Existem diferentes modalidades de interiorização, por emprego, quando a pessoa já tem uma carta de emprego; por reunião familiar; ou quando algumas igrejas e organizações não governamentais oferecem essa ajuda. Na modalidade de emprego só 10% são mulheres. Por que elas não conseguem emprego? Porque elas estão no papel de cuidadoras de filhos, de mães, de doentes. Elas vão para um lugar onde não conhecem nada e ninguém, não têm emprego, não têm fonte de renda e vão ficar muito mais vulneráveis. E numa situação de maior vulnerabilidade econômica elas também ficam mais vulneráveis à violência e exploração sexual.

O que acontece muito nessas situações humanitárias é o sexo por sobrevivência, são mulheres que se envolvem na prostituição porque não têm outra opção. E aí acabam caindo em redes de exploração e tráfico. A ONU mulheres foi chamada no primeiro momento para participar da resposta humanitária porque existem jovens e adolescentes venezuelanas nas ruas se prostituindo. E se só 10% delas conseguem emprego, isso quer dizer que a resposta não está funcionando.

Por Marina Gonçalves

Pesquisa Ipea/CNJ aponta falhas no atendimento às mulheres vítimas de violência

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentou essa semana

os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a qualidade do atendimento do Judiciário às mulheres vítimas de violência. O trabalho foi feito a pedido e em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e mostra a existência de problemas na resolução dos casos de violência de gênero, entre eles, a falta de juízes em audiências judiciais de violência doméstica e insuficiência do atendimento psicossocial às vítimas.

[\(Agência Brasil, 02/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A pesquisa aponta também que as vítimas não entendem ou não recebem esclarecimentos sobre o caso e, às vezes, ainda são culpabilizadas durante o processo, com a obrigação de pagar multas pelo não comparecimento às audiências, por exemplo. Há também informações de que as mulheres não são tratadas de forma humanizada. As informações que baseiam o levantamento foram colhidas em seis juizados e varas exclusivas de violência doméstica e seis não exclusivas, nas cinco regiões do país.

O trabalho também constatou que a maioria dos processos teve início em 2016 e que há casos iniciados antes de 2012, mas ainda não solucionados. A pesquisa destaca que, em muitos deles, as mulheres são obrigadas a buscar a Justiça várias vezes para ter acesso a diferentes direitos que poderiam ser concedidos de forma híbrida pelas varas, como medida protetiva, divórcio, pensão alimentícia, regularização de guardas e visitas, entre outros.

Sobre a percepção das mulheres em relação ao atendimento oferecido pela Justiça nos casos de violência, há relatos de queixas sobre a falta de atenção, de amparo, de resposta efetiva do Estado e de demora da Justiça. Apesar dessas dificuldades, boa parte das entrevistadas enfatizou que as vítimas devem recorrer à Justiça todas as vezes que forem agredidas.

O estudo começou a ser feito em fevereiro deste ano e poderá ser concluída até março do ano que vem. Em anos anteriores, o Ipea também realizou estudos sobre a efetividade da Lei Maria da Penha e a institucionalização de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, que apontaram a necessidade de aperfeiçoar o monitoramento dos serviços de atendimento às mulheres.

Estrutura

Os resultados foram apresentados ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, que também divulgou as informações sobre os processos de violência de gênero por meio do Portal de Monitoramento da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Os números do portal revelam que a taxa de congestionamento dos tribunais está em 63%, ou seja, apenas 37% dos casos de violência contra a mulher são solucionados no país.

No ano passado, os tribunais tinham em estoque quase 1 milhão de processos relacionados à violência doméstica. Metade desse volume foi iniciada ainda em 2017, quando foram emitidas mais de 35 mil sentenças. Segundo o CNJ, o resultado mostra que há 433 novos casos de violência doméstica e são concedidas 225 medidas protetivas a cada 100 mil mulheres.

Quando se considera os crimes de feminicídio, havia mais de 10 mil processos pendentes no ano passado, mais do que o dobro do registrado em 2016. O aumento se deu também no ingresso de casos novos. No ano passado, os tribunais receberam cerca de 2,6 mil novos processos de feminicídio, e em 2016 foram iniciados cerca de 1,2 mil.

De acordo com o portal, o país tem 122 varas exclusivas de violência doméstica contra a mulher, com a atuação de 1625 servidores de diferentes áreas de apoio (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, etc). Há ainda o registro de 72 setores psicossociais exclusivos, 259 não exclusivos e 226 salas de atendimento privativas.

Em 2016, havia 109 varas exclusivas, 54 setores psicossociais exclusivos, nenhum não exclusivo e 168 salas de atendimento privativas. O portal não traz dados sobre o número de servidores em 2016.

Segundo o CNJ, a ferramenta de apresentação do estoque de processos judiciais e o monitoramento da qualidade do atendimento às vítimas de violência estão previstos na Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, instituída pelo Conselho em março do ano passado.

**Com informações da Agência CNJ de Notícias*

Os piores estados para ser mulher no Brasil

Roraima é o estado onde mais mulheres são assassinadas no país, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

[\(Exame, 16/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Roraima é o estado brasileiro mais violento para as mulheres, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com dados de 2015.

De acordo com a pesquisa, a taxa de mortes no estado foi de 11,4 para cada grupo de 100 mil mulheres. O número é quase três vezes maior do que a média do Brasil, de 4,4, e quase cinco vezes maior do que São Paulo, o estado com a menor taxa, de 2,7 mortes para cada 100 mil.

No geral, a proporção de [mulheres assassinadas](#) tem crescido nos últimos anos. Segundo o estudo, a taxa de homicídios entre mulheres saltou 7,5% entre 2005 e 2015. Por outro lado, em alguns estados, houve melhora na variação da taxa de violência: São Paulo teve uma redução de 35% nesse período.

No outro extremo do mesmo indicador aparece Maranhão, que teve um aumento de 124,4% na taxa de assassinatos de mulheres.

O outro lado

Em nota enviada a EXAME.com, o governo de Roraima afirmou que a atual gestão estadual “vem atuando de forma incisiva com a implementação de políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher”.

Desde março de 2015, segundo o governo do estado, alguns programas foram colocados em prática, como o Ronda Maria da Penha, com viaturas da

Polícia Militar e policiais que atuam exclusivamente no atendimento aos casos de violência doméstica, e o Abrigo de Maria, uma casa especial, cujo endereço é mantido sob sigilo, para atender as mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência doméstica ameaçadas de morte e seus dependentes menores de idade.

“A atuação do governo do estado nos últimos dois anos e meio tem contribuído de forma efetiva para a redução dos homicídios de mulheres em Roraima, contudo, esses dados ficaram de fora da pesquisa citada. O governo acredita que no próximo levantamento que for realizado, o Estado terá saído dessa vergonhosa estatística da violência contra a mulher”, diz a nota.

Veja o ranking dos estados mais violentos para as mulheres.

Ranking	Estado	Taxa por 100 mil mulheres	Variação entre 2005-2010
1º	Roraima	11,4	103,80%
2º	Goiás	7,5	64,60%
3º	Mato Grosso	7,3	13,90%
4º	Rondônia	7,2	14,10%
5º	Espírito Santo	6,9	-18,50%
6º	Pará	6,4	81,80%
7º	Tocantins	6,4	95,40%
8º	Sergipe	6	117,40%
9º	Amazonas	5,9	98,60%
10º	Ceará	5,6	64,60%
11º	Alagoas	5,4	17,20%
12º	Paraíba	5,3	61,20%
13º	Rio Grande do Norte	5,1	95,50%
14º	Rio Grande do Sul	4,9	28,60%
15º	Bahia	4,9	65,10%
16º	Pernambuco	4,8	-25,30%

17º	Amapá	4,7	-5,70%
18º	Acre	4,7	22,20%
19º	Rio de Janeiro	4,4	-28,80%
20º	Mato Grosso do Sul	4,3	-27,10%
21º	Paraná	4,3	-6,30%
22º	Maranhão	4,2	130,00%
23º	Piauí	4,1	62,40%
24º	Minas Gerais	3,9	1,80%
25º	Distrito Federal	3,8	-1,10%
26º	Santa Catarina	2,8	25,30%
27º	São Paulo	2,4	-35,40%

Valéria Bretas

Maioria das vítimas de feminicídio, negras foram também 52% das mulheres mortas pelas polícias entre 2005 e 2015

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 03/ 07/2017) Duas pesquisas divulgadas em junho evidenciam o peso do racismo patriarcal, institucional e estrutural na dinâmica da violência que atinge as mulheres negras no Brasil.

O 3 de julho marca no Brasil o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Importante nesta data destacar que as 49 milhões de pretas e pardas

que vivem no país, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, têm estado historicamente sobrerrepresentadas em todos os índices de violações a direitos. Nessa mesma direção, os dados da [pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo DataSenado](#) entre 29 de março e 11 de abril, com a participação de 1.116 entrevistadas por telefone, ressaltam como o racismo potencializa e torna ainda mais cruel as violências contra negras frente àquelas praticadas contra mulheres não negras. Já o [Atlas da Violência 2017](#), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostra a dupla face da mortalidade negra feminina, ao apresentar a série histórica de homicídios entre 2005 e 2015. Além de serem maioria entre as vítimas fatais de agressão, mulheres negras são também as que mais morrem pelas mãos do Estado, nas “intervenções legais e operações de guerra”, que é como as operações policiais são denominadas na base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, utilizada para elaboração do Atlas.

O racismo nas operações policiais também mata mais mulheres negras

As negras representam 24,5% da população brasileira. No entanto, de acordo com o Atlas da Violência 2017, 61% das mulheres vítimas de óbitos violentos na década analisada eram pretas ou pardas (27.852 em um total de 45.425). A taxa de homicídios de mulheres negras por 100 mil habitantes cresceu 22% no período, enquanto a de mulheres brancas teve uma redução de 7,4%.

Em números absolutos, nos mesmos dez anos, o crescimento dos homicídios de mulheres negras foi de 47%, enquanto as mortes violentas de mulheres não negras tiveram um decréscimo de 5,6%.

“Temos dois fenômenos misturados aí - o do crescimento da violência letal contra as mulheres impulsionado pelo crescimento da violência de um modo geral na sociedade”, aponta Daniel Cerqueira, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e coautor do Atlas.

Com base nos dados divulgados, a Agência Patrícia Galvão solicitou ao Fórum

Brasileiro de Segurança Pública os números desagregados de mortes de mulheres por agressão e por “intervenções legais ou operações de guerra” combinados com os perfis de raça/cor. Consideradas todas as classificações de raça/cor utilizadas pelo IBGE, as mortes violentas de mulheres por agentes do Estado – tema pouco debatido – tiveram uma variação de 66,7%.

“Se você olha para a ação policial de forma mais ampla e para a vitimização das mulheres de outros pontos de vista, percebe que há uma maior letalidade das negras como resultado da seletividade extremamente perversa calcada no racismo. Ressaltando que, no caso das ações policiais, há uma subnotificação imensa”, ressalta Samira Bueno, coordenadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e coautora do Atlas.

Considerada somente a letalidade oficial do Estado contra mulheres em ações policiais, de 2005 a 2015 foram computadas 75 mortes por “intervenções legal ou operações de guerra”. Destas, 39 vítimas eram pretas ou pardas (52%). O número de negras mortas por agentes da lei pode ser ainda maior porque em relação a 12 vítimas femininas o quesito “raça/cor” consta como “ignorado”. Mulheres que, como a carioca [Claudia Silva Ferreira e a paulista Luana Barbosa dos Reis](#), morreram pelas mãos de quem oficialmente é pago para proteger vidas.

Além disso, é necessário considerar a subnotificação dos registros de morte por ação policial. “No caso dos dados gerais, de homens e mulheres, se compararmos os registros policiais aos do SUS há uma diferença de cerca de 3,5 vezes para mais nesse segundo registro. E é possível afirmar que o mesmo se verifica especificamente em relação às mulheres, ou seja, que ao invés de 75 mortes por ações policiais tenham havido no período 210 homicídios desse tipo”, afirma Samira Bueno.

Outro dado do Atlas comprova outro impacto da letalidade racializada nas vidas dessas mulheres, que se revela sob a forma dos assassinatos de seus filhos. De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras, em sua maioria jovens do sexo masculino. Em evento realizado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra para divulgação do dossiê [A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações](#), várias mães

falaram sobre sua dor. Débora Silva afirmou que “o Estado brasileiro é um mutilador de mães. Porque quando o Estado tira nossos filhos, nosso útero, nossas trompas, nosso ovários e nossos seios passam a produzir tumores malignos. Somos mães e temos direito de nos abraçar e nos apegarmos umas as outras porque a dor da perda de um filho não tem doutor que dê jeito, não tem psicólogo preparado para tratar essas mães. E nós precisamos de especialistas. Essas mães estão morrendo e há um silêncio sepulcral para as mortes dessas mulheres, porque são negras, são pobres, são faveladas”. Débora integra o Movimento Independente Mães de Maio na Luta por Memória, Verdade e Justiça. O grupo surgiu da união de mulheres que perderam os filhos entre os dias 12 e 16 de maio de 2006, no Estado de São Paulo, a maioria mortos em ações policiais.

Violência doméstica contra negras tem números de guerra

As mulheres negras vivem outra situação que se equivale em números a panoramas de guerra: violência e morte dentro de casa. Quase 28 mil assassinatos na década. Em um ano 2.902 vidas ceifadas, o equivalente a 8 homicídios por dia.

“Os dados apresentados revelam um quadro grave e indicam também que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Em inúmeros casos, até chegar a ser vítima de uma violência fatal essa mulher é vítima de uma série de outras violências de gênero, como bem especifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Episódios de violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, em um movimento de agravamento crescente, muitas vezes antecedem o desfecho fatal”, destaca o Atlas, que também aponta a importância da ampliação e aprimoramento da rede de atendimento à mulher para melhor acompanhamento das vítimas e prevenção, bem como a necessidade de que a rede possa ser acessada pelo sistema de saúde e não apenas pelo sistema de justiça criminal. Isso porque “muitas mulheres passam várias vezes pelo sistema de saúde antes de chegarem a uma delegacia ou a um juizado, e muitas nunca nem chegam”, ressalta o estudo.

O racismo no âmbito doméstico e familiar

Analisando os dados da pesquisa DataSenado, os resultados confirmam as

estatísticas mencionadas acima. A maioria entre as mulheres que já sofreram violências é de pretas e parda, sendo que chama atenção entre as pretas o índice de vítimas declaradas de violência sexual por parceiro íntimo ou em contexto familiar, assim como as que declaram já ter sofrido violência doméstica física cometida por um homem em relação familiar ou íntima de afeto.

Para a psicóloga e psicanalista Maria Lucia da Silva, coordenadora do [Instituto AMMA Psique e Negritude](#) e [fellow da Ashoka Brasil](#), “nesse dado está uma grande perversidade do racismo, que é uma maior objetificação do corpo da mulher”. Maria Lucia avalia ainda que as diferenças nos índices de sofrimento da violência doméstica entre mulheres pretas e pardas podem estar associadas à maior visibilidade e ao empoderamento conquistados pelas mulheres negras, que trouxe também um acirramento dos ataques racistas. “E que, do ponto de vista psicológico, também vai afetar essa mulher, no sentido de como ela é assediada, de como eventualmente tem poucos recursos emocionais, recursos internos para lidar com isso. Ela tem mais acesso aos direitos, ela até usa isso, mas seria importante investigar quais são os custos psíquicos nesse processo de visibilidade – o que tem acirrado o racismo e se colocado como obstáculo à mobilização”, afirma a especialista, que aponta também que o patriarcado faz aumentar a possibilidade dessas violações por parte dos parceiros, que passam a temer, em uma perspectiva machista e de poder, a visibilidade que essa mulher vem conquistando no mundo.

A reportagem conversou também com Lúcia Xavier, coordenadora da ONG fluminense [Criola](#). “Realmente os dados são bastante críticos. Fiquei muito impressionada com esses números, que significam que os processos de violência estão sendo potencializados com os processos de discriminação. E isso significa um certo descaso em relação aos direitos já adquiridos. Então, mesmo aqueles grupos que reconhecíamos como racistas ou sexistas agora estão também se sentindo mais livres ou desresponsabilizados em cumprir as leis”, denuncia a ativista. “O que mais choca nessa situação é que tanto a violência sexual quanto a moral – aquela do xingamento – as deixam descrentes, não só do conjunto de mecanismos para sua defesa mas também das suas próprias condições para reagir a essas agressões”, afirmou.

A demógrafa Jackeline Romio, coautora do [Dossiê Mulheres Negras 2009 do Ipea](#), concorda. “Em muitos aspectos a violência incide de forma maior nas populações que já sofrem outros tipos de desigualdades. Então, as mulheres que são negras, indígenas e das periferias passam por um acúmulo de opressões e violências”, destaca. Em relação aos índices declarados por pretas e pardas sobre violências psicológicas e morais sofridas, a pesquisadora ressalta que seria importante “uma entrevista aprofundada com essas mulheres para saber o que elas estão entendendo por violência psicológica, por humilhação e por violência moral para compreendermos essas diferenças”.

Países de todos os continentes cobram ao Brasil medidas contra violências e discriminação de gênero e orientação sexual na Revisão Periódica Universal da ONU

Dos 103 países que participaram do processo de sabatina ao Brasil, 26 fizeram recomendações substanciais relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero.

[\(Campanha.org, 16/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

26 países recomendaram ao Brasil tomar medidas relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero na Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, cujo rascunho do relatório foi

disponibilizado na última terça, 9/5. No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU.

[Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.



Argentina, Chile, Eslováquia, Finlândia, Honduras, Israel, México, e Suécia recomendaram ao Brasil tomar medidas e fortalecer políticas locais em relação à violência contra as populações LGBTI. Eslováquia fez menção ainda sobre responsabilizar os autores das violências e Honduras reiterou a necessidade de aplicar a legislação protetiva específica já vigente sobre a temática.

Austrália, Chile, Egito, Eslováquia, Honduras, Indonésia, Iraque, Itália, México, Ruanda, Sudão, Tailândia, Togo, Tunísia, Uganda fizeram recomendações contra discriminação e violência de gênero contra mulheres e meninas. Vale ressaltar que a Austrália precisou o caso da violência doméstica contra mulheres e a Indonésia mencionou também os casos de prostituição infantil.

Essas recomendações foram uma reação à denúncia à ONU, realizada pela Campanha, acerca dos dados inaceitáveis de desigualdade de gênero estrutural na sociedade brasileira, na educação, no mercado de trabalho, e

de violência contra a mulher no Brasil - 5 mil mortes e 500 mil estupros, segundo dados da OMS e do IPEA. Sobre a questão ainda, a Áustria ressaltou a necessidade de proteção para mulheres vítimas de abuso e de implementação de legislação vigente sobre a questão. Bahamas e Venezuela citaram explicitamente as violências movidas por questões de gênero, as mortes e os dados de estupros denunciados pela Campanha e recomendaram medidas preventivas e também de investigação dos casos e proteção das vítimas.

O Paquistão reiterou a necessidade de implementação de políticas contra as desigualdades raciais, especialmente no caso de mulheres afro-brasileiras, e Madagascar reiterou a necessidade de maior inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça”, explicou Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra. “Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais”, reiterou.

Nos relatórios disponibilizados pelas Nações Unidas para os países - com os quais a Campanha contribuiu com submissão de documentos e em consultas públicas -, grande atenção foi dada às questões que tangem a igualdade de gênero na educação. A Campanha fez denúncia quanto ao descumprimento do Brasil às recomendações 119.33, 119.47, e 119.94 do Relatório do Conselho de Direitos Humanos em sua 21ª Sessão, sobre igualdade de gênero, por conta da retirada das questões sobre a temática, assim como de combate às discriminações por orientação sexual, dos planos estaduais e municipais de educação.

“Sob a pressão de líderes religiosos, parlamentares de 12 dos 27 estados brasileiros retiraram dos planos de educação estratégias que buscavam superar as desigualdades de gênero, orientação sexual e raça”, cita o relatório compilado da sociedade civil. O relatório compilado com informações submetidas pela própria ONU também cita a questão, fazendo

referência ao relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança de 2015 - momento em que a Campanha também pautou os comissionados.

Questionamentos da ONU ao “Escola Sem Partido” e a mudanças sobre gênero e orientação sexual na BNCC

Em comunicado publicado no dia 13/04, Koumbou Boly Barry, Relatora Especial para o Direito Humano à Educação; David Kaye, Relator Especial para Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão; e Ahmed Shaheed, Relator Especial para Liberdade de Religião e de Crença, enviaram uma carta questionando o Estado Brasileiro acerca dos efeitos gerados pelo programa “Escola Sem Partido” no Brasil, especialmente no que tange os Projetos de Lei 867/2015 e 193/2016, recomendando a tomada de atitudes necessárias para conduzir uma revisão dessas proposições, assegurando sua conformidade com a base dos direitos humanos internacionais - o que inclui a Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil.

O documento traz um histórico acerca do movimento “Escola Sem Partido” desde 2004, passando pela apresentação e tramitação dos projetos de lei, até a retirada pelo Ministério da Educação (MEC) dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enviada em abril deste ano para o Conselho Nacional de Educação (CNE). O documento explicita também o caso do secretário paulistano de educação Alexandre Schneider *versus* vereador Fernando Holiday.

A carta cita ainda o posicionamento contra o projeto da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após denúncia e sustentação oral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Além disso, relatam o amplo posicionamento contrário do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia Geral da União (AGU), de especialistas, organizações sociais, estudantes e educadores, inclusive em pesquisa de opinião realizada pelo site do Senado Federal, que contou com a participação de mais de 390 mil pessoas, sendo a maioria contrária ao “Escola Sem Partido”.

Os relatores reiteraram que o Artigo 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992, protege a todos o direito à opinião, sem interferências, e o direito a buscar, receber, e partilhar informações e ideias de todos tipos, independentemente de fronteiras ou meios. Ainda com base no Artigo 19, explicitaram seu caráter de “necessidade” e não somente como “útil, desejável ou razoável”, o que implica em acesso e proporcionalidade.

Diante dos projetos de lei, o documento afirma que a **“discussão sobre gênero e diversidade sexual é fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas entre estudantes”** e que **“por não definir o que é doutrinação política e ideológica, (...) a proposição permite que quaisquer práticas pedagógicas dos professores sejam consideradas como doutrinação, tornando a escola uma extensão do ambiente doméstico antes de uma instituição educacional que proveja novas perspectivas”**. Os relatores explicitam ainda que o projeto apresenta o risco de impedir “o desenvolvimento de um pensamento crítico nos estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que está exposto em aulas”.

“Os diplomatas ficaram tocados com as informações que apresentei em meu discurso, listando fatos ocorridos nos últimos três anos, como a retirada da palavra gênero dos planos municipais, estaduais e nacional de educação, além das consequências de toda essa onda conversadora que vivemos no Brasil. Muitos também ficaram perplexos com a existência de projetos de lei como o programa ‘Escola sem Partido’, que impacta diretamente na liberdade de expressão de docentes e no acesso à educação de qualidade aos estudantes brasileiros. O que eu não imaginava é que, enquanto em embarcava de Genebra para o Brasil, logo após a atividade na ONU na última sexta-feira, comprovamos o que apresentamos, os retrocessos seriam concretizados via anúncio do MEC de retirar as questões de gênero e orientação sexual da Base Curricular e com o caso das escolas de São Paulo, inspecionadas por vereadores, levando a quase demissão do secretário municipal de educação Alexandre Schneider”, afirmou Fernanda Lapa, coordenadora executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) que fez um discurso impactante, para diplomatas e representantes de

países de todos os continentes do mundo, veículos de imprensa e organismos internacionais.

Os relatores destacam também o parecer com conclusões do Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC/ONU), de 2015, que, dando luz aos artigos 2, 3, 6 e 12 da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, recomendou ao Brasil “b) decretar legislação que proíba discriminação ou incitamento de violência com base em orientação sexual e identidade de gênero assim como continuar o projeto “Escola Sem Homofobia”; c) priorizar a eliminação de atitudes patriarcais e estereótipos de gênero, inclusive por meio de programas educacionais e de sensibilização”. Esse documento foi fruto de incidência da Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto aos comissionados em momentos prévios à sessão com o Brasil em outubro de 2015.

“O caso vivido pelo secretário Alexandre Schneider tem realmente deixado a comunidade internacional em alerta. Ele não aceitou ter os professores da rede intimidados com essas vistorias [do vereador Fernando Holiday (DEM-SP)]. A perplexidade não é só pelas ameaças que ele tem sofrido [por parte dos militantes do Movimento Brasil Livre (MBL)], mas justamente o como esse tipo de ação dentro das escolas viola a liberdade de expressão e o direito humano à educação”, afirmou Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha, que esteve na Pré-Sessão da RPU com Fernanda, em Genebra.

“É uma grande conquista o posicionamento da comunidade internacional contra o cerceamento da liberdade de expressão dos professores no Brasil, que tem prejudicado a qualidade da educação e colocado em xeque a primazia dos Direitos Humanos e dos princípios constitucionais. Vamos continuar nesse enfrentamento, sem descansar”, afirmou Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Processo de denúncia internacional

Após participar de eventos públicos e debates no Brasil, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi à Genebra, em novembro de 2016, para levar denúncia aos relatores sobre o impacto do programa “Escola Sem

Partido” ao direito à educação e ao direito à liberdade de opinião e expressão dos educadores. Em dezembro de 2016, o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, fez sustentação oral contra o programa “Escola Sem Partido” perante o Estado Brasileiro no âmbito da reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 7 de março, Daniel Cara foi expositor em audiência pública realizada no âmbito da Comissão Especial do Programa Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados. A Comissão Especial é composta, majoritariamente, por defensores do PL.

As relatorias obtiveram informações sobre o programa “Escola Sem Partido” por meio de denúncias levadas à Genebra pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pelo IDDH, na Pré-Sessão do Relatório Periódico Universal (RPU) ao Brasil, que aconteceu na primeira semana de abril deste ano. Ainda, a relatora especial para o direito à educação, Koumbou Boly Barry, esteve em evento promovido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Ação Educativa no dia 04/04, recebendo informações sobre o contexto da educação brasileira através de movimentos e ativistas da área.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

Nível da qualidade de vida dos

negros tem uma década de atraso em relação ao dos brancos

Mesmo crescendo em um ritmo maior, o nível da qualidade de vida da população negra no Brasil está uma década atrasado em relação ao dos brancos. É o que mostra o mais recente estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - órgão da ONU - em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo o documento "Desenvolvimento Humano para Além das Médias", divulgado nesta quarta-feira, entre 2000 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da população negra cresceu, em média, 2,5% ao ano, acumulando alta de 28% no período, frente aos 1,4% anuais dos brancos ou 15% em dez anos. Mas, apesar do ritmo mais acelerado, só em 2010 o IDHM dos negros alcançou a pontuação (0,679) que já havia sido atingida pelos brancos dez anos antes (0,675).

[\(O Globo, 10/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O desenvolvimento humano dos brancos em 2010 já estava em 0,777. Era 14,42% maior que os dos negros, ainda que essa diferença tenha diminuído em relação a 2000, quando o IDHM dos brancos era 27,1% superior. O indicador varia de zero a 1 - onde quanto mais próximo de 1, melhor o IDHM - e mede a qualidade de vida para além da renda, ao levar em conta indicadores de saúde e educação.

Leia também: [Qual é a pior cidade brasileira para mulheres?\(UOL, 10/05/2017\)](#)

Todas as três dimensões que compõem o índice apresentaram avanços nessa década. No caso da população negra, a maior contribuição para o crescimento do IDHM veio da educação, com uma alta média anual de 4,9%. A educação também foi a dimensão que mais avançou no IDHM da população branca, mas com taxa anual média de crescimento inferior, de 2,7%.

Leia aqui a íntegra do estudo [“Desenvolvimento Humano para além das médias”](#)

RENDA DOS BRANCOS É MAIS DO QUE O DOBRO DA POPULAÇÃO NEGRA

Com relação a renda, o estudo mostra um abismo entre os dois grupos. Em 2010, a renda domiciliar per capita média da população branca era mais que o dobro da população negra: R\$1.097,00 ante R\$ 508,90. Quanto à escolaridade da população adulta, 62% da população branca com mais de 18 anos possuía o fundamental completo, ante 47% da população negra. A diferença na esperança de vida ao nascer entre brancos e negros era de 2 anos, respectivamente 75,3 anos e 73,2.

SÓ EM SEIS ESTADOS NEGROS E BRANCOS TÊM IDHM SEMELHANTE

A ONU classifica o IDHM numa escala que vai de muito baixo (0 a 0,499) a muito alto (a partir de 0,800). Em 2010, em apenas seis estados brancos e negros estavam num mesmo patamar de desenvolvimento humano (em RR, MT, GO, SC e ES era alto em em AL baixo para ambos os grupos).

Em sete estados mais Distrito Federal, os negros tinham desenvolvimento humano considerado alto. Nos 19 estados restantes, era médio. Para a população branca, dois estados mais o DF estavam na faixa de muito alto desenvolvimento humano, 23 em alto e 2 na faixa de médio desenvolvimento humano.

As maiores diferenças percentuais entre o IDHM da população branca e negra, em 2010, foram observadas no Rio Grande do Sul (13,9%), Maranhão (13,9%) e Rio de Janeiro (13,4%). Já as menores diferenças percentuais estavam no Amapá (8,2%), Rondônia (8,5%) e Sergipe (8,6%).

A maior redução na diferença entre o IDHM dos brancos e negros, entre 2000 e 2010, foi observada em Santa Catarina (-0,047). Em contrapartida, Roraima apresentou aumento de 0,033 na diferença entre o IDHM de brancos e negros, de 2000 a 2010.

EM NENHUM MUNICÍPIO ANALISADO NEGROS TÊM IDHM MUITO ALTO

Também foram analisados indicadores de qualidade de vida de 111 municípios brasileiros. A população branca possuía IDHM muito alto em 50 municípios, enquanto a população negra não havia alcançado esse grau de desempenho em nenhum deles. A desigualdade entre brancos e negros, em relação a qualidade de vida, é maior em Porto Alegre (RS), onde IDHM da população negra foi 18,2% inferior ao IDHM da população branca. Em contrapartida, a menor diferença foi observada em Ribeirão das Neves (MG), onde o IDHM da população negra era 3,1% inferior ao IDHM da população branca.

Assim, o IDHM da população branca variou entre 0,701 (Ribeirão das Neves-MG) e 0,904 (Vitória-ES), e da população negra entre 0,654 (Caruarú-PE) e 0,790 (Vitória-ES).

Na dimensão esperança de vida ao nascer, os dados variam de 73,1 anos (Maceió) a 79 anos (Uberlândia) para a população branca, ao passo que, para a população negra, foi de 71,8 anos (Marabá) a 77,8 anos (Blumenau).

Na dimensão educação, o IDHM-E oscilou entre 0,614 (Viamão-RS) e 0,890 (Vitória-ES) para a população branca, e entre 0,505 (Pelotas-RS) e 0,745 (Vitória-ES) para a população negra. Por fim, na dimensão de renda, a renda domiciliar per capita média variou de R\$ 469,00 (Caucaia-CE) a R\$ 2.700,00 (Vitória-ES) para a população branca, e de R\$ 345,00 (Caucaia-CE) a R\$ 1.174,00 (Brasília-DF) para a população negra.

[Relatório completo](#)

O que sabemos sobre a investigação do estupro coletivo de uma menina de 12 anos no Rio de Janeiro

Um ano depois, o mesmo crime.

Na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, uma **menina de 12 anos** foi vítima de um estupro coletivo. A investigação ainda não tem detalhes sobre quais eram as circunstâncias do crime que, assim como o caso da jovem de 16 anos que foi estuprada coletivamente no ano passado, foi registrado em um vídeo e divulgado na internet.

[\(HuffPost Brasil, 07/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Segundo a polícia, **pelo menos cinco rapazes** aparecem nus nas imagens. A vítima tenta se esconder atrás de uma almofada e grita pedindo para que o estupro pare, mas os homens continuam com as agressões. As frases acima compõe o vídeo.



AFP/GETTY IMAGES

Uma das mulheres da ONG Sou da Paz posa ao lado de exibição da

organização para expor e combater a violência contra a mulher. Imagens foram tiradas em 2016, após o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio.

“Cala a boca. Vão ficar ouvindo a sua voz e vão saber que é tu”.

“Tapa o rosto da novinha”.

A denúncia foi feita na última sexta-feira (5) por uma tia da menina e está sendo investigado pela delegada Juliana Emerique, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vitima (Dcav). A investigação ainda não sabe quais eram as circunstâncias do encontro entre a jovem e os rapazes, mas é conhecido que o crime aconteceu no último domingo (30).

Segundo o jornal Extra, do Rio, a investigação pretende **não divulgar** detalhes da localização da adolescente para protegê-la. Informações preliminares dão conta de que a menina só conhecia um dos rapazes envolvidos. A delegada informou ao jornal que vai averiguar ainda quem são as pessoas nas imagens e se são maiores de idade.



AFP/GETTY IMAGES

“É muito importante que quem conhecer essa história denuncie os autores. As imagens mostram que há crime. Ela tem 12 anos, o que já é estupro de vulnerável. Além disso, as imagens deixam claro que não foi consentido”, disse Emerique.

Quem souber de mais detalhes ou informações complementares sobre o caso pode levar à delegacia do Rio de Janeiro pelo número de telefone 100 ou pelo Disque-Denúncia 2253-1177.

A delegada afirmou ao G1 que há uma “gama de crimes” neste caso, **que vão além do estupro de vulnerável**. Há também a divulgação das imagens e a armazenagem dessas cenas. Para a delegada, o fato de envolver uma menina de 12 anos configura estupro **mesmo que a situação ocorresse com o consentimento da vítima**.

As penas de estupro de vulneráveis vão de 8 a 15 anos de prisão. Os criminosos, que vão responder por estupro de vulnerável, deverão ser incluídos no artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que pune quem filma e reproduz cena de sexo envolvendo crianças ou adolescentes.

“É um crime abominável, muito grave, que demanda uma ação imediata. Equipes da Dcav estão na rua para tentar identificar principalmente o local e os personagens envolvidos. Não só aqueles que praticaram o ato, mas todos aqueles que estejam difundindo as imagens pela internet”, disse a delegada, segundo o Estadão.

Quem divulgou ou compartilhou as imagens do crime pode responder por divulgação de material pornográfico envolvendo menores. Segundo o ECA, a pena vai de 3 a 6 anos de reclusão. Mas não é apenas divulgar. O ato de portar o vídeo no telefone celular ou em qualquer outro dispositivo também é crime com pena de 1 a 4 anos de reclusão.

Neste sábado (6), a Polícia Civil do Rio de Janeiro encaminhou um ofício ao Facebook para que seja retirada da rede social o vídeo divulgado com o crime. A menina deve prestar depoimento e ser encaminhada para exames nesta segunda-feira (8).

Um ano depois, a mesma violência



RICARDO MORAES / REUTERS

Em maio de 2016, uma jovem de 16 anos foi estuprada coletivamente na Comunidade na Barão, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Um vídeo que mostrava a vítima desacordada foi gravado pelos criminosos e divulgado nas redes sociais. O crime, e a forma como foi divulgado pelos próprios estupradores gerou revolta e mais de 800 denúncias foram feitas ao Ministério Público do Rio.

Inicialmente, havia suspeita de que a vítima, havia sido abusada sexualmente por mais de 30 homens. Com a investigação, três pessoas acabaram formalmente acusados pelo crime e foram condenados a 15 anos de prisão em regime fechado. Dois dos acusados seguem presos e o terceiro envolvido está foragido da Justiça. A adolescente acabou sendo incluída no programa de proteção do governo.

A titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima do Rio de Janeiro,

Cristiana Bento, que assumiu a investigação do caso, à época, disse que a vítima foi violentada duas vezes: pelo estupro e pela sociedade.

“Ela é vítima dos autores daquele ato de violência e da sociedade, que subtraiu dela os valores morais, sociais”, disse a delegada em audiência sobre cultura do estupro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Mulheres são violentadas a cada onze minutos no Brasil. Esta foi a conclusão do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2015. Até o ano de 2009, o estupro era considerado crime contra a honra. E ainda hoje o estupro é um dos crimes menos notificados do Brasil.

Cerca de 50 mil casos de estupro são registrados anualmente no Brasil e estima-se que isso representa **apenas 10% da quantidade dos casos**. A pessoa que é violentada, a maioria das vezes, deixa de denunciar com medo de retaliações, com vergonha de se expor, e até mesmo com receio de serem culpadas ou expostas pela violência sofrida.

A violência contra meninas



UESLEI MARCELINO / REUTERS

Andreia M., de 23 anos, foi abusada pelo pai de uma amiga aos oito anos de idade, enquanto estudava, e escondeu o que aconteceu por vergonha e culpa. Patrícia D., de 28 anos, foi estuprada aos 16 anos por um desconhecido e, mais tarde descobriu que estava grávida. Maria C, de 32 anos, sofreu uma tentativa de estupro pelo próprio avô, aos 12 anos. Estas são só algumas das histórias que ilustram o tipo de violência sexual que milhares de meninas sofrem pelo Brasil e, em sua maioria, em silêncio. Estima-se que apenas 10% dos casos de estupro sejam notificados no País.

“A violência contra mulher começa na infância. Isso não tem como negar”, disse Viviana Santiago, especialista em gênero da ONG Plan Internacional, em entrevista ao HuffPost Brasil. “A sociedade é tão machista, que culpa uma menina como mulher por um abuso. Como se o consentimento fosse algo possível para uma criança seis e dez anos de idade, por exemplo”, completa.

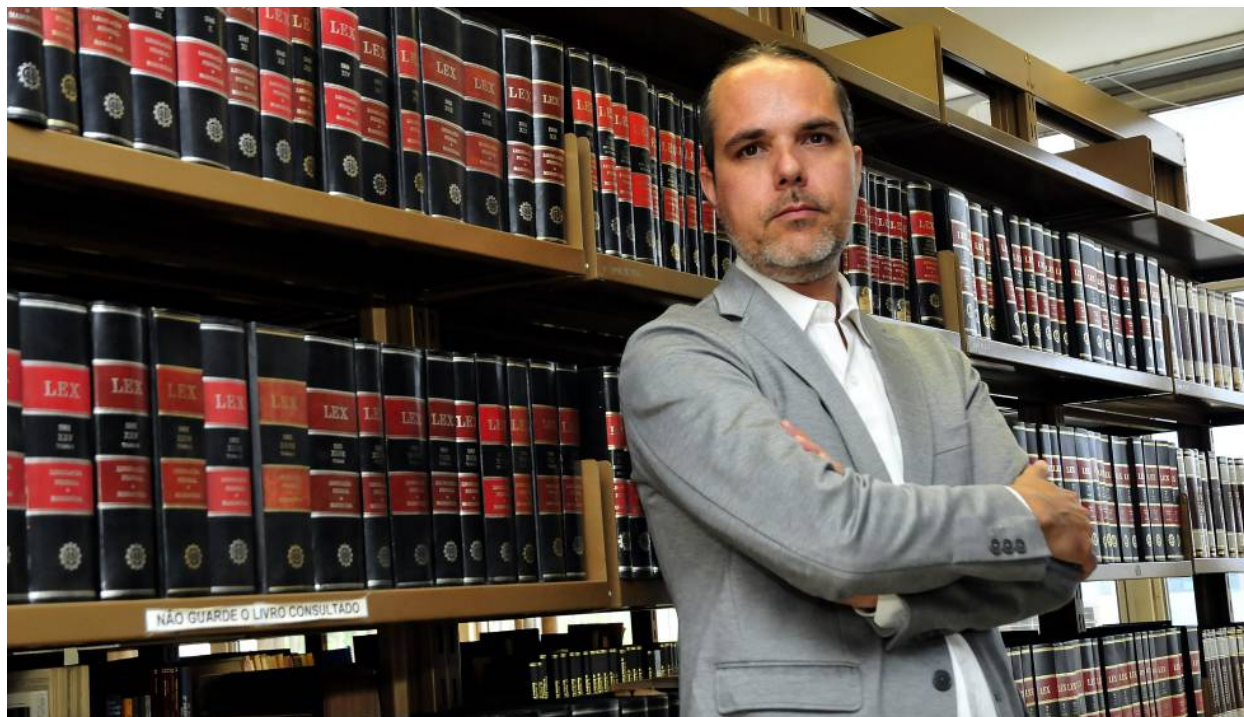
Apenas por ser do sexo feminino, milhares de meninas estão sujeitas à violência e o agressor, na maioria das vezes, está dentro de casa. Elas são 94% das vítimas de estupro no Brasil, segundo dados do Ipea.

Quase metade das mulheres terá dificuldades em se aposentar com reforma de Temer, diz pesquisador do IPEA

Marcelo Medeiros, professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além de pesquisador visitante da Universidade de Yale, está muito atento ao debate sobre a reforma da Previdência. Para ele, a reforma é necessária, mas não pode ser feita às pressas, nem deixar de lado as pessoas mais vulneráveis.

Ele acredita que o Governo precisa rever algumas concessões, pensar em longo prazo e corrigir medidas como excluir estados e municípios da reforma.

[\(El Pais, 03/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)



Marcelo Medeiros na UnB. ARQUIVO PESSOAL

Pergunta. A reforma da Previdência é necessária?

Resposta. Esta reforma não vai ser definitiva. O Brasil precisa de uma reforma da Previdência agora e, provavelmente, de outra em um futuro não muito distante. Mas ser a favor de reforma não significa aceitar qualquer reforma. Não dá para ignorar que o país é muito desigual e que a Previdência reflete isso. Uma fatia pequena das aposentadorias e pensões é responsável pela maior parte do gasto previdenciário. Se é para fazer economia, é nessas aposentadorias mais altas que a economia precisa ser feita. Tratar todo mundo da mesma maneira é injusto. Os mais pobres, que entram e saem do setor informal, têm que ter mecanismos de proteção dentro da reforma, senão a carga em cima deles é excessiva. A responsabilidade fiscal tem que andar de mãos dadas com a responsabilidade social.

P. Este é o momento ideal para fazer a reforma?

R. Seria melhor se FHC ou Lula tivessem feito. Os dois tinham muito apoio

popular, tentaram e avançaram, mas muito pouco. Este é um momento político ruim para discutir a Previdência. O governo está fragilizado porque, na prática, não foi eleito para isso e o Congresso está sob acusações graves, tem pouca legitimidade para mudanças constitucionais. O risco de tomar decisões sem legitimidade é que elas podem ser mais facilmente revertidas no futuro. Veja a PEC que limitou os gastos públicos, por exemplo. É o Congresso fragilizado de hoje tentando mandar no orçamento de um Congresso que ainda vai ser eleito daqui a quinze anos. É difícil políticos aceitarem isso, é provável é que a PEC seja desmontada por governos futuros.

Mas o pior não é isso. Decisões apressadas e sem convencimento generalizado criam condições para que surjam governos populistas. Na próxima década teremos um país saindo de uma recessão, com restrição a gastos públicos, pressões de natureza econômica e social, e as duas forças políticas de equilíbrio, PT e PSDB, extremamente fragilizadas internamente e externamente. Em política é difícil prever o futuro, mas o caldo de cultura para o populismo está criado. Não é o caso de um embate entre direita e esquerda, é outra coisa. Populistas não têm ideologia.

P. Por que você diz que a reforma não é definitiva?

R. Em política e economia não existe isso de tudo ou nada. Não existe reforma definitiva, porque o mundo muda e as políticas têm que acompanhar a mudança. Nosso modelo de Previdência se encaixa bem em uma sociedade em que todo mundo tem emprego estável e de carteira assinada. Funcionaria bem na Europa de antigamente. Mas o trabalho no mundo inteiro está passando por uma transição, cada vez menos gente trabalha como empregado estável. Estão crescendo os trabalhos temporários por conta própria, como se a pessoa fosse uma empresa e não um empregado. Isso tem implicações para a Previdência, pois quem faz as contribuições para financiar a Previdência são os empregados formais. Advogados e médicos são exemplos da mudança, eles trabalham como empresas individuais ou coletivas e por isso pagam bem menos à Previdência. Isso também acontece com pessoas de renda mais baixa, a empregada doméstica regular vai sendo substituída pela diarista. Se isso continuar a forma de financiamento [da

Previdência] terá que ser outra, algo como o Imposto de Renda, por exemplo. Como as mudanças já estão ocorrendo, é melhor começar a pensar nelas agora.

P: Mas e o trabalho hoje?

R: O mercado de trabalho no Brasil hoje tem três características que são importantes para a Previdência: muita informalidade, muita gente com renda baixa e uma diferenciação entre homens e mulheres. Muita informalidade significa que as pessoas não têm carteira assinada e, por isso, é difícil para elas contribuir para Previdência durante anos seguidos até atingir o mínimo de 25 anos para se aposentar. Renda baixa agrava o problema, pois é difícil para quem ganha pouco deixar de gastar com a família para contribuir como autônomo. Para cuidar de filhos e netos mulheres caem na informalidade ou saem do emprego durante um certo tempo e isso reduz seu tempo de contribuição, tornando mais difícil sua aposentadoria. Não se trata exatamente de uma escolha, mulheres não têm alternativas como creches e escolas em tempo integral. Combine essas coisas e a conclusão é uma só: existe uma parte grande da população brasileira que trabalha muito, mas terá grande dificuldade para cumprir 25 anos de contribuição e se aposentar. Os cálculos são de que para mais de um terço da população, esses 25 anos são tempo demais. Para as mulheres, aliás, é bem pior, quase metade terá grande dificuldade. É errado tratar todos da mesma forma, aposentadorias de baixa renda têm que ser mais acessíveis. Não é uma questão de mexer nas idades e sim nos tempos de contribuição para aposentadorias no valor mínimo.

P. Em um artigo escrito para a *Folha de S. Paulo*, economistas do governo afirmam que a reforma da Previdência tem que incluir o BPC (Benefício de Prestação Continuada) por conta de “distorções” no programa. Qual sua opinião à respeito?

R. Distorções no BPC não justificam reduzir seu valor. Se o BPC tem problemas administrativos, eles não vão ser resolvidos pela reforma da Previdência, tem que ser resolvido na esfera administrativa. Coisa, aliás, sobre a qual o governo não tem que reclamar, afinal ele tem o dever de administrar direito o BPC. Toda política precisa de ajustes contínuos, o BPC

não é diferente. O governo se queixa de concessão por juízes, mas é preciso saber melhor o que está acontecendo. As linhas de pobreza do BPC são mais baixas que as do Bolsa Família, parte do problema pode ser que os juízes estão entendendo que isso é duro demais com idosos pobres. Não há nada de errado em levantar um debate público sobre quem merece proteção social no país e criar leis que reflitam escolhas sobre o que fazer com os idosos. Não precisa mudar a Constituição para isso. O que não pode haver é antipatia em relação à assistência social.

P. Então a reforma vai acabar sendo paga só pelos pobres?

R. Isso não é verdade. Há regras na proposta de reforma que são muito positivas e não afetam tanto os mais pobres. Um exemplo é o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Essa medida afeta todo mundo, mas afeta mais os trabalhadores de renda mais alta. Mas existem trabalhadores de renda mais alta que estão sendo poupados sem nenhuma justificativa econômica para isso, só pelo receio de seu poder político. É muito ruim ter uma reforma dura com as mulheres e com os trabalhadores do setor informal enquanto militares e funcionários públicos de Estados e Municípios são deixados de fora. Não tem problema ter desigualdade se ela for criada para proteger os mais pobres. Mas então você cria a mesma regra para ricos e pobres e o primeiro gesto é dizer “é igual para todo mundo exceto certos grupos onde estão os mais ricos”? Não dá para começar uma reforma de forma ambígua e esperar que todo mundo confie na promessa de que esse problema vai ser enfrentado depois. Tem que haver um prazo limite para que Estados e Municípios façam suas reformas e a lei para mudar a aposentadoria dos militares tem que ser apresentada dentro do pacote político que discute a reforma geral.

P. A reforma da Previdência pode ter um impacto negativo na economia?

R. Tem impacto na economia, mas não dá para especular. As mudanças não têm grande impacto agora, vão começar a ser sentidas daqui a uma década. É difícil porque a gente não sabe como o Brasil será daqui a dez, vinte anos, principalmente no cenário atual onde a instabilidade é forte.

P. Como a reforma da Previdência pode impactar na vida das mulheres?

R. Na proposta inicial não havia preocupação alguma com as mulheres. O Congresso quer mudar isso. Se a proposta inicial não for alterada, o impacto negativo na vida das mulheres vai ser forte e não está claro que a economia feita compense. Por exemplo, há a ideia de impedir o acúmulo de aposentadorias e pensões. Isso por um lado tem que ser feito, para controlar aposentadorias muito altas. Mas precisa ser mais bem calibrado para aposentadorias de valor baixo, usando, por exemplo, um teto para o que pode ser acumulado, podendo até mesmo haver um certo desconto no valor final. Isso está sendo discutido agora e é mais sensato do que simplesmente proibir qualquer tipo de acumulação.

Tem muita gente falando de idades mínimas, mas para as mulheres mais importante que as idades são os tempos de contribuição obrigatórios, porque as mulheres saem do emprego formal para cuidar das crianças e demoram um pouco para voltar. Como isso não vai mudar facilmente, precisa ser levado em conta pela Previdência, os tempos de contribuição mínimos das mulheres têm que ser menores que os dos homens, ao menos para as aposentadorias de valor mais baixo.

Tudo isso tem um custo, portanto é preciso discutir as alternativas levando os gastos em consideração. Aliás, tem que discutir os custos dessas e das outras alternativas. A pergunta tem que ser “com custo do benefício que vamos dar para determinada categoria profissional, o que nós poderíamos fazer pelas mulheres ou pelos trabalhadores do setor informal”? A reforma foi feita correndo e não se discutiu alternativas. Não teve um debate muito claro. E é evidente que o Governo está tentando apressar o Congresso. Mas nós precisamos de uma reforma que seja socialmente e fiscalmente responsável. Uma coisa não pode existir sem a outra.